

04/09/2019 - 05:00

Senado aprova PEC da cessão onerosa e repartição de recursos do pré-sal

Por Marcelo Ribeiro e Daniel Rittner

Com acordo costurado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e pelo governo federal, o Senado concluiu ontem a análise em dois turnos da proposta de emenda constitucional (PEC) que trata da cessão onerosa e permite a divisão dos recursos arrecadados pela União nos leilões do pré-sal com Estados e municípios. Acolhida pelo relator Cid Gomes (PDT-CE), uma emenda apresentada por parlamentares do Rio de Janeiro, incluindo o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro, beneficiou o Estado, que ficará com R\$ 2,5 bilhões dos recursos arrecadados.



Cid Gomes: relator acatou emenda que beneficia o Estado do Rio de Janeiro com R\$ 2,5 bilhões dos recursos

AdChoices
PUBLICIDADE

[inRead invented by Teads](#)

Enquanto 74 senadores votaram pela aprovação da emenda constitucional no primeiro turno, 69 apoiaram o texto na segunda etapa de votação. Nenhum parlamentar votou contra a proposta. O projeto retornará para análise da Câmara dos Deputados, já que o relator fez mudanças em relação ao texto aprovado anteriormente na Casa comandada por Maia.

O megaleilão de excedentes da cessão onerosa está marcado para o dia 6 de novembro. Serão oferecidos quatro blocos e as empresas vitoriosas deverão pagar R\$ 106,5 bilhões à União - sendo que, deste montante, R\$ 33,6 bilhões serão repassados à Petrobras. A intenção do governo é receber o dinheiro ainda em dezembro. Há pressa para evitar que o cronograma "escorregue" para 2020.

Firmado pela União em 2010, o contrato cedeu à Petrobras o direito de explorar cinco bilhões de barris de petróleo em áreas do pré-sal na Bacia de Santos. Em troca, a empresa pagou R\$ 74,8 bilhões ao Tesouro Nacional - por isso o termo "cessão onerosa". Os excedentes são os volumes descobertos que ultrapassam a quantidade original de barris.

Depois de anos de negociação, a União concordou em pagar US\$ 9,058 bilhões à Petrobras. O valor, que se refere a ajustes na cotação do petróleo nos mercados internacionais, será descontado do bônus de assinatura pago pelos vencedores do leilão. Além disso, como forma de ajudar Estados em crise, a costurou-se um acordo para destinar parte da receita aos governadores.

O texto da PEC permite a divisão do bônus de assinatura com os Estados e municípios, que ficarão com 30% da arrecadação com os leilões - sendo 15% para Estados e 15% para municípios. A expectativa é que a cessão onerosa transfira R\$ 10,5 bilhões para os Estados e mais R\$ 10,5 bilhões para os municípios em um único pagamento.

Em função de critérios que regem o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que privilegiam os locais menos desenvolvidos e com menor renda per capita, o Rio de Janeiro receberia R\$ 326 milhões, montante bem inferior ao que seria repassado a Bahia (R\$ 905 milhões) e ao Ceará (R\$ 692 milhões).

Diante deste cenário, parlamentares do Rio de Janeiro - além de Flávio, Romário (Podemos-RJ) e Arolde de Oliveira (PSC-RJ) -, que estavam descontentes com esse valor, apresentaram uma emenda para destinar 3% para os estados onde estão localizadas as jazidas de petróleo. Como o megaleilão de novembro envolverá apenas campos de petróleo no Rio de Janeiro, apenas o Estado terá direito a esses recursos. Com o novo texto, o Rio de Janeiro receberá R\$ 2,5 bilhões - sendo que R\$ 2,19 bilhões deste valor decorrem do fato de as jazidas do leilão de novembro estarem no Rio.

O acordo celebrado destina 67% do valor arrecadado - após o repasse da parte da Petrobras - será destinado à União, o que totaliza R\$ 48,9 bilhões.

04/09/2019 - 05:00

Reforma tributária opõe Estados e Guedes

Por Lu Aiko Otta

Às vésperas da apresentação, pelo governo federal, de sua proposta de reforma tributária, os secretários estaduais de Fazenda aprovaram ontem, por unanimidade, uma proposta alternativa de mudança no sistema de impostos e contribuições. Com o aval político de 20 governadores e contando com o sinal verde dos demais sete nos próximos dias, a proposta deverá chegar ao Congresso na semana que vem. E propõe uma estratégia completamente diferente daquela formulada pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

"Pela primeira vez em 30 anos, temos uma proposta de reforma tributária chancelada pelos 27 secretários de Fazenda", destacou o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonteles, secretário de Fazenda do Piauí.

Dois caminhos

Proposta federal x proposta dos Estados

Governo federal	Estados
Só tributos federais	Tributos federais, estaduais e municipais
Estados e municípios aderem por opção	Não há opção
Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CSBS), fusão do IPI, PIS/Cofins e parte do IOF	Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), fusão de PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS
Contribuição sobre Transações (CST) com alíquota de 0,20% a 0,22% no crédito e no débito	Não tem

Fonte: Ministério da Economia e CasaFaz

Enquanto a proposta do Ministério da Economia se concentra só nos tributos federais e deixa aberta a possibilidade Estados e municípios aderirem ao novo sistema conforme sua conveniência, os secretários estaduais de Fazenda defendem a inclusão total e imediata do ICMS na reforma. E discordam do esquema de adesão voluntária.

"É absolutamente necessário que a reforma tributária inclua os Estados", afirmou o secretário de Fazenda de São Paulo, Henrique Meirelles, ex-ministro da Fazenda. "Pode-se argumentar que a aprovação apenas dos impostos federais é mais simples, mas nós não concordamos com isso", afirmou. "Mesmo que fosse, não resolveria a maior parte do problema." Segundo o secretário, a complexidade do sistema de impostos brasileiros está concentrada no ICMS.

Questionado sobre a possibilidade de os Estados aderirem voluntariamente ao sistema federal, como proposto pela equipe de Guedes, Meirelles foi taxativo: "não foi aprovada." Já Fonteles disse que, uma vez iniciada a discussão no Congresso, pode haver os mais variados tipos de composição política. No entanto, ressaltou, os Estados não abrem mão de apresentar sua proposta e defendê-la no Legislativo.

Para Meirelles, a inclusão de Estados na reforma vai, ao contrário do que avalia o governo federal, acelerar o andamento da proposta. Isso porque governadores e bancadas federais pressionariam pela aprovação.

Os secretários querem reunir as assinaturas de 27 governadores para que a proposta, já consolidada no nível técnico, chegue ao Congresso com um aval político de peso inédito. Para unificar todos os Estados, o desenho fechado ontem atende a antigas pautas locais, como a manutenção dos benefícios da Zona Franca de Manaus e a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional, a ser regulado por lei complementar. Outros pontos importantes são a preservação da autonomia para fixar alíquotas e o Comitê Gestor do IBS ser formado apenas por representantes de Estados e municípios.

Num quadro de crise fiscal generalizada, a proposta dos Estados também busca assegurar que não haja perda de arrecadação para nenhuma unidade da Federação pelo prazo de 20 anos, pelo menos. Por outro lado, não haverá aumento da carga tributária.

A base da proposta é o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) formulado pelo economista Bernard Appy, que tramita no Congresso na forma de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45.

Ela unifica os cinco tributos sobre consumo (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) no IBS. Esse novo tributo, porém, seria introduzido de forma gradual. Nos dois primeiros anos, teria alíquota de 1%. Nesse período seria possível avaliar seu potencial arrecadatório.

Gradualmente, pelo prazo de 10 anos, o IBS substituiria os tributos que os compõem. A alíquota subiria aos poucos, enquanto a dos impostos e contribuições "antigos" cairia. Para evitar aumento de tributação, a alíquota de 1% do IBS seria compensada pela redução da Cofins.

Na visão do secretário especial de Fazenda, Marcos Cintra, a falta de entendimento entre os Estados foi o que impediu a reforma tributária nas últimas três décadas. Ele tem dito que não adianta insistir numa estratégia que fracassou. Por isso, defende começar pelos tributos federais, que são mais de 60% da carga tributária.

Veículo: G1	
Data: 03/09/2019	Caderno: Economia



Secretários estaduais de Fazenda aprovam proposta de reforma tributária para enviar ao Congresso

Texto pode ser apresentado como emenda à PEC que já tramita na Câmara dos Deputados.

Por Laís Lis, G1 — Brasília

03/09/2019 12h27 Atualizado há 3 horas

Secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal aprovaram nesta terça-feira (3) a versão final da proposta de reforma tributária dos estados. O texto ainda precisa do aval de sete governadores para ser apresentado ao Congresso Nacional.

Segundo o presidente do Comitê de Secretários de Fazenda (Comsefaz), Rafael Fonteles, secretário estadual do Piauí, ainda não está definido se o texto será enviado como uma nova proposta ou como uma emenda substitutiva à proposta de emenda constitucional (PEC) de reforma tributária já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

“A ideia é na próxima semana visitar o Congresso Nacional, tentar audiência com os presidentes da Câmara e do Senado, para apresentar essa proposta que une os 27 estados da federação”, disse Fonteles.

A proposta prevê um período de 10 anos até a implantação total do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) – tributo sobre consumo a ser cobrado no destino e que substituiria outros cinco (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS), segundo Fonteles.

De acordo com o presidente do Comsefaz, durante esses 10 anos todos os seis impostos continuariam vigorando, e o comitê gestor do IBS faria uma calibragem das alíquotas para garantir que nenhum estado tenha perda de arrecadação e que não haja aumento da carga tributária. “Nossa premissa básica e não ter aumento de carga tributária em hipótese alguma”, explicou. Ao longo dos 10 anos a alíquota do IBS vai aumentar gradualmente e a dos outros impostos reduzirá até que só fique o IBS ao final do período.

“No final dos 10 anos o IBS terá uma alíquota mínima que preserva a arrecadação atual, ai eventualmente se algum estado quiser aumentar sua alíquota poderá fazê-lo”, afirmou Fonteles.

Outros pontos da proposta:

- Por 20 anos nenhum estado vai ter perda real da sua arrecadação de impostos;
- O tratamento diferenciado da Zona Franca de Manaus será preservado;
- Estados e municípios terão autonomia para definir sua alíquota do IBS. Essa alíquota vai valer para todos os bens e serviços.
- Criação de um fundo de desenvolvimento regional para ajudar no desenvolvimento de estados mais pobres;

Veículo: Globo.com	Online
Data: 04/09/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Estados fecham proposta de reforma tributária

Texto alternativo deve ser apresentado ao Congresso na semana que vem. União ficaria de fora da administração do novo imposto. Projeto preserva Zona Franca de Manaus e cria fundo de desenvolvimento regional



Aprovação. Rafael Fonteles: proposta já tem o aval de 20 dos 27 governadores

Secretários estaduais de Fazenda fecharam ontem uma proposta alternativa de reforma tributária. O texto vinha sendo debatido desde o início de agosto e, agora finalizado, será apresentado na semana que vem ao Congresso.

A proposta dos estados é baseada no projeto que está em tramitação na Câmara dos Deputados, que unifica cinco tributos — IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS — para criar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O texto original prevê que o novo tributo seria administrado por um comitê formado por União, estados e municípios e proíbe a concessão de benefícios fiscais, afetando inclusive a Zona Franca de Manaus.

A alternativa elaborada pelos secretários mantém a ideia do IBS, mas atribui apenas a estados e municípios a administração do imposto. Isso significa que a União não poderia, por exemplo, opinar sobre mudanças de alíquotas. Além disso, mantém os benefícios da Zona Franca e prevê um mecanismo para substituir outros incentivos fiscais. Para isso, seria criado um fundo de desenvolvimento regional, financiado com 3,6% da arrecadação do novo tributo. Com o martelo batido entre os secretários, falta a aprovação dos governadores. Segundo o secretário de Fazenda do Piauí, Rafael Fonteles, coordenador do Comitê dos Secretários (Comsefaz), 20 deles já deram o aval à proposta. Falta, portanto, a confirmação de sete. Uma versão preliminar do texto já havia sido ratificada pelos chefes de Executivos no último Fórum de Governadores, no início do mês passado.

— Esperamos a confirmação de todos os governadores até o fim desta semana, faltam muito poucos para aprovar essa proposta final. A ideia é na próxima semana já visitar o Congresso Nacional — disse Fonteles, após reunião em Brasília.

O texto será a quarta proposta de reforma tributária a chegar ao Congresso. Hoje, existem duas em tramitação: uma na Câmara e outra no Senado. O governo, por sua vez, deve

apresentar nos próximos dias sua versão, com a previsão de desonerar a folha de pagamento e criar um imposto sobre transações financeiras, nos moldes da antiga CPMF.

FOLHA DE S.PAULO

Reforma tributária vira bicho estranho

Plano do governo é controverso e não conversa com projetos que andam no Congresso

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Quem procurar saber o que é a reforma tributária vai encontrar chifre na cabeça de um cavalo que na verdade é um centauro com rabo de sereia.

Dois propostas tramitam no Congresso, mais ou menos da mesma espécie. No laboratório do governo, rascunha-se um plano que faz parte de outro reino da natureza tributária. Não há como casá-las sem produzir uma aberração, se é que a tentativa não vai produzir um divórcio político paralisante.

Mais do que uma reforma

tributária, o governo pretende que a mudança nos impostos seja parte dos seus planos de revolução social. No fim das contas, essa reforma da natureza embutiria uma reforma trabalhista terminal e uma reforma da Previdência radical.

Os economistas de Jair Bolsonaro de fato querem criar uma CPMF, que daria dinheiro bastante, acreditam, para dar cabo da contribuição patronal para a Previdência, para o INSS. A intenção transparece em palavras e números.

Depois de um tempo de

transição, a alíquota da Nova CPMF chegaria a 1% (o governo chama o imposto de CST: Contribuição Social sobre Transações). Nos tempos em que se cobrava 0,38% (2002 a 2007, por exemplo), a receita equivalia regularmente a 1,35% do PIB, por ano. Fazendo uma conta no guardanapo, a nova alíquota daria uma receita de uns 3,5% do PIB. É um pouco mais do que a contribuição total das empresas para o INSS, o imposto sobre a folha de salários.

Essa conta de guardanapo

não presta, claro, embora sugestiva. Para começar, o que sobrou da economia brasileira mudou muito, depois de uma década. Além do mais, uma alíquota tão alta vai assustar a caça, a base tributária. Quem paga imposto vai inventar estratégias para fugir da paulada, que deve de resto incentivar reestruturações ineficazes de negócios (como verticalização), o que pode prejudicar ainda mais a receita, entre outras distorções.

Paulada? Sim. Atualmente, a taxa de juro real básica anda

pela casa de 1,8% ao ano, por exemplo. A alíquota de 0,38% em tempos de juros de mais de 10% já causava distorções e malabarismos.

No começo, a alíquota seria menor, perto de 0,4%. Compensaria parte da receita perdida pelas empresas que deixariam de contribuir, se contratarem empregados com a "carteira verde e amarela" (emprego li-poaspirado de direitos trabalhistas), parte de um projeto de criar um sistema de capitalização para a Previdência.

O dinheiro talvez sirva também para cobrir as perdas com a arrecadação do Imposto de Renda da pessoa física, projeto querido de Jair Bolsonaro. Para ricos ou para pobres, a alíquota máxima seria de 25% (hoje 27,5%), e a renda tributável seria menor.

Gente do governo diz que a perda de receita seria compensada com a redução das dedu-

ções com despesas de saúde e, talvez, educação, de fato socialmente injustas (pobre não paga escola privada e plano de saúde). Mas não vimos as contas, de resto sempre aproximadas e incertas, ainda mais em tributação.

Mais interessante, diz o governo que vai cobrar imposto sobre o lucro de acionistas de empresas. Já sabido, quer unificar três impostos federais (Cofins, IPI e IOF). Ok, mas deixa de fora o ICMS (estadual) e o ISS (municipal), que seriam unificados no projeto que tramita na Câmara.

Como essa propostas vão conversar, técnica e politicamente (fora as emendas e lobbies que virão)? Que bicho vai dar em uma reforma que mantém a demência do ICMS, munhas do ISS e uma CPMF (CST) com a extravagante alíquota de 1%?

vinicius.torres@gupofolha.com.br

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 03/09/2019	Coluna: Economia



PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA É APROVADA POR SECRETÁRIOS ESTADUAIS DA FAZENDA PARA ENVIAR AO CONGRESSO



3 Setembro, 2019

Foi aprovada pelos secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal nesta terça-feira (3) a versão final da proposta de reforma tributária dos estados, texto que ainda precisa do aval de sete governadores para ser apresentado ao Congresso Nacional.

De acordo com o presidente do Comitê de Secretários de Fazenda (Comsefaz), Rafael Fonteles, secretário estadual do Piauí, não está definido ainda se o texto vai ser enviado como uma nova proposta ou como uma emenda substitutiva à proposta já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

Está previsto na proposta segundo Fonteles, um período de 10 anos até a implantação total do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), tributo sobre consumo a ser cobrado no destino e que substituiria outros cinco, PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS.

“A ideia é na próxima semana visitar o Congresso Nacional, tentar audiência com os presidentes da Câmara e do Senado, para apresentar essa proposta que une os 27 estados da federação” disse Fonteles.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 03/09/2019	Coluna: Economia



USUPPORT APROVA REFORMA TRIBUTÁRIA E DIZ QUE PAÍS PRECISA SIMPLIFICAR PAGAMENTO DE IMPOSTOS



3 Setembro, 2019

Por João Paulo Almeida

Foi aprovada, nesta terça-feira (3), pelos secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal a versão final da proposta de reforma tributária dos estados, texto que ainda precisa do aval de sete governadores para ser apresentado ao Congresso Nacional. De acordo com o presidente do Comitê de Secretários de Fazenda (Comsefaz), Rafael Fonteles, secretário estadual do Piauí, não está definido ainda se o texto vai ser enviado como uma nova proposta ou como uma emenda substitutiva à proposta já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

Em contato com o portal Bahia Econômica, o diretor-executivo da – Associação de Usuários dos Portos da Bahia Usupport, Paulo Villa, aprovou a necessidade do projeto e explicou que o Brasil precisa atualizar sua forma de cobrar impostos. “Nós entendemos que a reforma tributária é extremamente importante para o Brasil. E o principal ponto a ser debatido é que os tributos no país estão sendo cobrados em cadeia à medida que você progride você paga mais imposto. A reforma deve procurar um mecanismo de simplificação e redução de impostos para deixar o país mais competitivo e atraente para investimentos”, explicou Villa.

Está previsto na proposta segundo Fonteles, um período de 10 anos até a implantação total do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), tributo sobre consumo a ser cobrado no destino e que substituiria outros cinco, PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. “A ideia é na próxima semana visitar o Congresso Nacional, tentar audiência com os presidentes da Câmara e do Senado, para apresentar essa proposta que une os 27 estados da federação” disse Fonteles.

04/09/2019 - 05:00

Rio parcela ICMS com desconto para empresas em recuperação

Por Joice Bacelo

Empresas em recuperação judicial terão condições especiais para pagar as dívidas tributárias com o Estado do Rio de Janeiro. Uma lei publicada pela Assembleia Legislativa prevê a possibilidade de parcelamento dos valores em até 120 meses, com redução de juros e multa. Haverá vantagens, ainda, para as companhias que têm mais de cinco mil empregados registrados e para aquelas que desenvolvem projetos sociais.

A Lei nº 8.502 havia sido aprovada em julho pelos deputados, mas foi vetada, na íntegra, pelo governador Wilson Witzel (PSC) sob o argumento de que não tinha previsão do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para tal benefício. A Assembleia, porém, derrubou o veto na sessão da última sexta-feira e o texto foi publicado na segunda-feira no Diário Oficial do Legislativo - com entrada em vigor prevista para 120 dias.

Só poderão aderir às condições especiais as empresas com o pedido de recuperação já aceito pela Justiça. Aquelas que optarem por pagar a dívida em parcela única terão redução de 90% dos valores de multa e 80% de juros. Esse é o desconto mais alto.

Os percentuais reduzem conforme a quantidade de parcelas: em até 24 meses, os valores de multa caem em 80% e os juros em 60%; em até 48 meses, o desconto será de 60% para a multa e de 40% para juros; em até 72 meses haverá 40% de redução em multa e 30% em juros; para pagamentos em até 96 meses o desconto será de 20% para a multa e 10% para juros; e quem optar pelo parcelamento de 120 meses não terá descontos.

Na lei consta que caberá ao Executivo regulamentar as condições de pagamento das dívidas de alto valor. Prevê, no entanto, que em relação "aos contribuintes de grande relevância social" - aqueles com, no mínimo, cinco mil empregados registrados no momento da adesão - o parcelamento poderá ocorrer em até 180 meses.

Já as companhias que desenvolvem projetos sociais ou que passem a desenvolvê-los após a recuperação judicial, o parcelamento permanece em, no máximo, 120 meses, mas os percentuais de descontos de multa e juros são maiores. Quem optar pelo pagamento em 48 parcelas, por exemplo, terá redução de 63% no valor da multa e de 48% dos juros.

Na nova lei consta que o devedor não poderá utilizar-se da recuperação judicial exclusivamente para obter o parcelamento tributário e que o Executivo poderá regulamentar as hipóteses em que o benefício será concedido. Diz o texto, ainda, que a Fazenda Estadual será intimada para, se quiser, participar da assembleia de credores da empresa em recuperação, mas sem direito a voto.

"A recuperação judicial permite que as empresas negociem com os seus credores, sob a supervisão do Judiciário, com vistas a encontrar uma solução para o momento de crise financeira. Só que as dívidas tributárias não têm nenhum tratamento especial e o Fisco fica de fora", diz o advogado Hermano Barbosa, do escritório BMA. "Isso é até paradoxal porque essas dívidas, muitas vezes, são a maior parte dos débitos da empresa que está em recuperação. Por isso, a importância do parcelamento."



Hermano Barbosa: redução de multa e juros pode ter um impacto grande na dívida

O advogado chama a atenção que a redução de multa e juros - como propõe a norma - pode ter um impacto grande na dívida. Ele cita o exemplo de um auto de infração aplicado há cinco anos, em setembro de 2014, no valor de R\$ 1 milhão. Hoje, acrescidos multa e juros, estaria em mais de R\$ 2,5 milhões - sendo R\$ 1,2 milhão só em multa e R\$ 420 mil em juros.

A Lei nº 8.502 tem a autoria dos deputados André Ceciliano (PT) e Alexandre Freitas (Novo). Ao defender a derrubada do veto ao texto, o presidente da Comissão de Tributação da Assembleia do Rio, deputado Luiz Paulo (PSDB), afirmou que o grupo realizou audiência pública e que ouviu juízes e promotores de varas empresariais.

"Com esta lei o Rio passará a receber pelo menos algum ICMS. Atualmente, sem essa regulamentação, as empresas não conseguem sair da recuperação judicial e entram em falência, o que faz com que o Estado não receba nada", disse Luiz Paulo na sessão.

A lei aprovada pela Assembleia do Rio é menos restritiva do que a existente hoje na esfera federal. A Lei nº 13.043, de 2014, específica para empresas em recuperação judicial, permite parcelamento em até 84 meses e não oferece descontos.

Já há, no entanto, uma proposta que permitiria uma negociação mais ampla entre as empresas em crise e a Fazenda Nacional. O substitutivo que será apresentado pelo deputado federal Hugo Leal (PSD-RJ) ao Projeto de Lei nº 10.220 prevê, dentre outras coisas, redução de até 50% da dívida e o parcelamento do restante em 96 meses.

Riscos político e de ‘apagão’ motivam mudança no teto

Onyx teria dito em reunião que parlamentares apoiariam alteração na regra dos gastos, mas Rodrigo Maia descartou apoio à medida

*Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli
Tânia Monteiro / BRASÍLIA*

Diante do aperto nas contas públicas, a Casa Civil e os militares pressionam para que o governo flexibilize a regra do teto de gastos – instrumento que limita o crescimento das despesas do Orçamento à inflação. A possibilidade de alterar a norma divide as alas política e econômica da gestão do presidente Jair Bolsonaro.

O assunto chegou a ser discutido em reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO), quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou sua posição contrária às mudanças. A JEO é formada por Guedes e o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

A preocupação com o aperto fiscal no grupo político e militar ao redor do presidente cresceu porque, mesmo que o governo consiga ampliar a arrecadação e reduzir o rombo das contas públicas nos próximos anos, o te-

to de gastos apertado e o avanço das despesas obrigatórias (como o pagamento de salários e aposentadorias) reduzirão o espaço para investimentos em obras e programas do governo, dificultando a estratégia do presidente de deixar a sua marca.

No fim de semana, após a equipe econômica apresentar uma proposta orçamentária para 2020, que pode impor um apagão à máquina pública, o presidente Bolsonaro admitiu que o arrocho nas contas poderá atrapalhar uma tentativa de reeleição em 2022.

Disputa. Diante desse cenário, o forte bloqueio das despesas e a perspectiva de um Orçamento ainda mais apertado para 2020 estão alimentando a pressão por mudanças no teto. Essa movimentação tem levado integrantes da equipe econômica a saírem em defesa da manutenção da regra criada no governo do ex-presidente Michel Temer. Já está prevista uma possibilidade de revisão do teto em

2026.

Para a equipe econômica, a própria norma tem saídas em caso de descumprimento, os chamados “gatilhos”, que permitem ao governo, por exemplo, vetar reajustes a servidores e aumentos acima da inflação ao salário mínimo. Ontem, o Estado antecipou que o governo também estuda incluir outras medidas, além das previstas no teto, para acelerar o ajuste.

Posição. Segundo apurou o Estado, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, em uma das reuniões da JEO, chegou a afirmar que os congressistas apoiariam a mudança. Procurador, Lorenzoni nega, no entanto, que seja defensor da flexibilização do teto.

A discussão sobre a mudança no teto de gastos na JEO não evoluiu por que o governo começou a discutir um conjunto de medidas para ampliar o espaço do teto de gastos com a revisão de despesas obrigatórias, o que exigirá apoio do Congresso. A in-



Posição. O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, nega que seja defensor da flexibilização

● Cenário

“Não prosperará no Congresso uma flexibilização do teto, porque essa seria a solução mais fácil.”

Domingos Neto (PSD-CE)

RELATOR DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

tenção da equipe econômica é abrir um espaço entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões. Com isso, o governo consegue ampliar os gastos de custeio e investimentos, chamados de “discricionários”.

Para um integrante da equipe econômica, que falou na condição de anonimato, o debate sobre o teto é “normal”, mas ele é maior fora do que dentro do go-

verno. De acordo com essa fonte, a questão toda é que qualquer flexibilização do teto significará que o ajuste fiscal, que já é gradual, se tornará mais gradual ainda com riscos nessa estratégia.

Arrecadação. No entendimento da equipe econômica, para flexibilizar o teto e manter a programação da queda nos rombos sucessivos das contas públicas seria necessário contar com aumento da arrecadação, via crescimento maior do Produto Interno Bruto (PIB), ou aumento de carga tributária com elevação de impostos. Oficialmente, o Ministério da Economia preferiu não se posicionar.

Ao *BRPolítico*, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia

(DEM-RJ) disse que é contra “mudar o teto de gastos”. Para ele, a melhor maneira de combater as dificuldades causadas pela falta de recursos é fazer uma reforma administrativa e cessar os gastos excessivos da máquina pública. “O problema é o aumento das despesas e não o teto”, disse Maia.

O relator da proposta orçamentária para 2026, deputado Domingos Neto (PSD-CE), também disse que a solução para desafogar o Orçamento passa longe de mexer no teto de gastos. “Não prosperará no Congresso uma flexibilização do teto, porque essa seria a solução mais fácil, mas estamos procurando outro tipo de solução para elevar as despesas discricionárias”, afirmou Neto.



Perspectivas de leve melhora da situação fiscal



Apesar dos altos e baixos da arrecadação federal, analistas esperam um pequeno avanço nos resultados fiscais de 2019 e de 2020. Se as estimativas forem confirmadas, o governo terá conseguido cortar despesas, ajustando as contas para obter um saldo primário menos ruim do que se admitia.

Os números de agosto da publicação Prisma Fiscal, da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, são melhores quanto ao médio e longo prazos do que ao curto prazo. A previsão anual para 2019, por exemplo, é de um déficit primário do governo central de R\$ 99,9 bilhões, inferior ao de R\$ 104 bilhões estimado no mês passado. Para 2020, a previsão de déficit primário caiu de R\$ 75,2 bilhões para R\$ 70,4 bilhões.

Como os dados que alimentam o Prisma Fiscal foram colhidos até o quinto dia útil de agosto, as previsões já levam em conta o avanço da reforma da Previdência no Legislativo.

O subsecretário de Política Fiscal da SPE, Marco Cavalcanti, notou que “as projeções de mercado para o resultado primário, que vinham piorando nos últimos meses, agora apresentaram uma pequena melhora”. Os resultados do mês, acrescentou Cavalcanti, “parecem sinalizar maior confiança na recuperação da economia brasileira e na aprovação de uma reforma da Previdência com impacto fiscal significativo nos próximos anos”.

Com um déficit primário menor, a dívida bruta do governo federal prevista para este ano caiu, entre julho e agosto, de 78,86% para 78,56% do Produto Interno Bruto (PIB). Para o ano que vem, a queda estimada é de 80,31% para 79,65% do PIB.

As previsões mensais para os meses de agosto, setembro e outubro de 2019 sofreram alterações pequenas, segundo os relatórios de julho e de agosto. A arrecadação federal deverá ter uma leve queda neste mês e ligeiras altas em setembro e outubro, período em que o comportamento das despesas deverá ser um pouco mais favorável.

Com a economia estagnada, a arrecadação pouco evolui e passa a depender de receitas não recorrentes, ou seja, que não se repetirão. A saída é o corte de despesas, que atinge principalmente os investimentos, dadas as dificuldades de reduzir pessoal e remunerações na esfera pública. Para enfrentar, em boa posição, as turbulências globais em curso, será preciso que o ajuste fiscal permita reduzir a dívida pública.

Veículo: Globo.com	Online
Data: 04/09/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Estados perderam R\$ 14 bilhões com estatais

Em 2018, governos locais repassaram R\$ 16,1 bi a empresas públicas, mas receberam apenas R\$ 2,2 bi em dividendos. Para analistas, diante da gravidade da crise fiscal, gasto não se justifica

Os estados tiveram prejuízos de cerca de R\$ 14 bilhões no ano passado com empresas estatais estaduais. Em 2018, os governos locais repassaram R\$ 16,1 bilhões a empresas públicas, entre reforço de capital e subvenções, mas receberam apenas R\$ 2,2 bilhões em dividendos. A conta evidencia a dependência de recursos públicos de boa parte destas empresas. Os dados constam de levantamento divulgado pelo Tesouro Nacional sobre estatais e mostra que os repasses representaram mais de sete vezes o valor que os governos receberam de volta.

— Na penúria em que os estados estão, não faz sentido ter mais uma atividade para bancar o que não seja a missão maior dos governos: custear segurança pública, saúde e educação. São empresas que têm produção voltada para o mercado e deveriam dar lucro ou, no mínimo, empatar

— afirma Margarida Gutierrez, professora do Instituto de Economia da UFRJ e Coppead, que ressalta que o gasto só se justifica se for de uso coletivo, caso contrário a sociedade fica prejudicada.

Nessa conta do Tesouro, R\$ 11,4 bilhões foram reforço de capital e R\$ 4,7 bilhões de subvenções.

Do total de estatais analisadas, 43,4% tiveram prejuízo em 2018 e somente três estados receberam mais recursos do que injetaram em empresas: Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Sergipe.

Segundo o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, o caminho natural seria privatizar, fechar ou passar para administração direta:

— As maiores empresas estão em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio e São Paulo, principalmente na área de água e saneamento. São empresas que estão com problemas, em busca de rumo. Elas podem inclusive ser vistas como alternativa de receita patrimonial, como privatização, para resolver alguns problemas da administração direta, onde deve estar o foco do ajuste fiscal, para resolver o gigantesco déficit previdenciário de mais de R\$ 100 bilhões por ano dos estados — diz Velloso.

De acordo com o painel elaborado pelo Tesouro, a região Nordeste é a que reúne mais estatais, com 91 empresas ou 35,3% do total. Sudeste e Centro-Oeste aparecem em seguida, com 56 e 41 empresas, respectivamente.

O Norte tem 36 empresas e a Região Sul, outras 34.

O Tesouro também esclareceu que, de um universo de 258 estatais, 106 são dependentes dos estados, o que significa arcar também como pagamento de despesas com pessoa lede custeio em geral. No Rio, por exemplo, as 11 estatais são dependentes do governo.

*Com agências

Veículo: Globo.com	Online
Data: 04/09/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Previdência: relator vai propor regra para informal

O relator da reforma da Previdência no Senado, Tasso Jereissati (PSDBCE), fará duas modificações no seu parecer, apresentado na semana passada e que será votado hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na forma de complemento de voto, ele vai reforçar que o valor da pensão não poderá ser inferior a um salário mínimo, em qualquer situação. Na primeira versão do relatório, esse direito estava assegurado somente a pensionistas que ganham menos do que o piso nacional. Além disso, o relator vai propor a criação de uma alíquota de contribuição especial para trabalhadores informais. Essa alíquota deverá ser semelhante à dos Microempreendedores Individuais (MEI).

As duas modificações não comprometem o texto aprovado pela Câmara. De autoria dos senadores do MDB Eduardo Braga (AM) e Renan Calheiros (AL), as mudanças foram acatadas pelo relator como uma contrapartida ao apoio da legenda à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) paralela na CCJ, também hoje, junto com o texto principal. Estão nessa PEC paralela a inclusão dos estados e municípios na reforma da Previdência e medidas de aumento de arrecadação, como contribuição previdenciária de entidades filantrópicas, do setor exportador e de micro e pequenas empresas. Pelo relatório de Tasso, a reforma vai resultar em um ganho fiscal de R\$ 990 bilhões em 10 anos.

Aprovados, os textos seguirão para o plenário do Senado. A previsão é concluir a votação no plenário da Casa até 10 de outubro.

Veículo: Globo.com	Online
Data: 04/09/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Drama fiscal do país não tem saída fácil

MÍRIAM LEITÃO



O Brasil é um país que gasta quase R\$ 1,5 trilhão com suas despesas primárias e vai investir apenas R\$ 19 bilhões. Terá em 2020 o sétimo ano de déficit primário, mas aumentou os salários dos funcionários nos últimos quatro anos e o próximo Orçamento veio com uma despesa de R\$ 12 bilhões a mais com a folha, sendo R\$ 4 bilhões de reajuste dos militares. O Brasil é o país que, depois de aprovar a PEC do teto de gastos, elevou sua despesa obrigatória em R\$ 200 bilhões. Agora está diante do seguinte dilema: abandonar o teto, aumentar a carga tributária ou flexibilizar as despesas obrigatórias?

Os últimos dias foram de susto nos ministérios.

Todos eles olham para os dados do Orçamento de 2020 e não sabem como atravessarão o ano que vem com tantos cortes. Mesmo os que não tiveram redução da verba estão com dificuldade de atender à demanda de despesas. A pressão cai, claro, sobre o Ministério da Economia, mas até ele está tentando se organizar diante da própria contenção de despesas. O presidente Bolsonaro diz que também está pressionando em favor do ministério dele. Ele diz ter um: “o da Defesa.”

O Brasil aprovou o teto de gastos em 2016 para, em 10 anos, fazer um ajuste de 4% do PIB e chegar a 2% de superávit em 2026. Dessa forma, conseguiria no futuro estabilizar a dívida, que tem crescido muito. O problema é que em 2016 a despesa primária era de 19,9% do PIB. Em 2020, será de 19,4%. Ou seja, levou quatro anos para derrubar meio ponto nas despesas como proporção do PIB. A maior parte, quase 90% do esforço pretendido, está ainda para ser feita entre 2020 e 2026.

Por que se andou tão pouco já que o teto de gastos foi aprovado em 2016? É que a despesa obrigatória cresceu R\$ 200 bilhões neste período. E de onde vem esse crescimento? O governo Temer deu aumento salarial parcelado até 2019, isso significa que todos os anos houve reajuste de funcionalismo, apesar da crise. E de 5,5% ao ano, acima da inflação, portanto. Para o ano que vem, começará a entrar o aumento dado na mudança na carreira dos militares para que eles aceitassem a reforma da Previdência deles. Há ainda as progressões naturais nas carreiras do funcionalismo. Outro gasto que cresceu muito foi o previdenciário. Mas não foi feita a reforma? Sim, foi. Ela vai economizar no ano que vem apenas R\$ 6 bilhões, e a despesa continua aumentando. A reforma reduz o ritmo de crescimento, e o ganho no começo é pequeno.

Há outros problemas. Todos os anos o STJ manda para o executivo as sentenças judiciais e os precatórios que têm que ser pagos no ano seguinte. E isso tem aumentado muito. Em 2016 o gasto com as sentenças judiciais foi de R\$ 30,2 bilhões, em 2020 serão R\$ 52,5 bilhões, ou seja, houve uma criação de despesa de R\$ 22 bilhões. Só de 2019 para 2020 o salto foi de R\$ 12 bilhões. A economia do ano que vem com a reforma da Previdência é metade do gasto

extra criado pelas sentenças judiciais. E esse volume tem subido. Os técnicos dizem não saber onde vai parar.

Nos Estados Unidos há o shutdown quando a dívida atinge o teto. O governo manda os funcionários para casa e suspende o pagamento de salários. É uma medida extrema. Aqui no Brasil, o STF acabou de votar, há duas semanas, que é inconstitucional a redução da carga horária com redução do salário.

O dinheiro é grande mas insuficiente para manter a máquina e todas as obrigações. As regras são rígidas. Do total de R\$ 1 trilhão 480 bilhões de despesas primárias, excetuando-se o custo dos juros, 93% são de gastos que não se pode reduzir, porque são obrigatórios. Sobram 7% para despesas discricionárias e as emendas do Congresso. Portanto, algo como R\$ 100 bilhões. Nesse total está o investimento. Em geral, os parlamentares aumentam a parcela de investimento. O governo está torcendo para que se chegue a R\$ 30 bi. No melhor cenário, então, ele será menos de um terço do que houve em 2014.

Se a solução for apenas livrar-se do teto, então as despesas vão subir, a dívida aumentar, e o cenário é perigoso. Elevar a carga tributária ninguém quer, muito menos se a proposta for essa espécie de CPMF. A mudança no Orçamento para reduzir despesas obrigatórias é a ideia que o Ministério da Economia tem tentado propor, já sabendo que será muito difícil. Não há saída fácil.

Depois da PEC do Teto, aprovada em 2016, despesa obrigatória já subiu R\$ 200 bilhões. O Orçamento está ficando inviável

04/09/2019 - 05:00

'Ações de cobrança contra a União somam R\$ 700 bi'

Por **Andrea Jubé, Luísa Martins e Murillo Camarotto**

As ações de cobrança contra a União nos tribunais superiores somam hoje cerca de R\$ 700 bilhões. "É quase uma reforma da Previdência", cuja economia é estimada em torno de R\$ 900 bilhões em dez anos, salientou André Mendonça, ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU). Responsável pela contestação do tamanho desse passivo, ele disse que os valores decorrem de demandas de grandes empresas e, sobretudo, dos Estados.



André Mendonça: "O grande problema dos Estados é em função de um histórico de descumprimento da LRF"

Em entrevista ao **Valor**, o ministro explicou que o maior embate dos Estados com a União se refere à execução de contragarantias dadas por ocasião dos refinanciamentos de dívidas. "Há uma grande preocupação com esses pagamentos", afirmou, assim como há inquietação, também, com os pagamentos de precatórios estimados para 2020.

São os governos estaduais os que mais burlaram a Lei de Responsabilidade Fiscal no tocante à despesa de pessoal. Vários retiraram da contabilidade da folha de salários as despesas com aposentados e pensionistas, deixando tão somente os gastos com pessoal ativo. Mendonça defende que, se necessário, coloque-se em lei os critérios de contabilidade que precisam ser definidos pelo Tribunal de Contas da União e pela Secretaria do Tesouro.

Na visão do ministro, o peso do gasto com a folha de pessoal na administração pública deve estar entre as prioridades. Ele defendeu alteração no regime de estabilidade dos servidores públicos federais, que foi instituído para proteger os funcionários de pressões políticas, mas que teve como efeitos colaterais "a acomodação e a ineficiência".

Está no radar do governo federal, por exemplo, a ampliação do período de estágio probatório, hoje de dois a três anos, para algo entre cinco a sete anos.

Classificado por Bolsonaro como "terrivelmente evangélico" e "supremável" (por estar na lista do presidente para ser indicado ao STF), André Mendonça também falou sobre o Orçamento de 2020, em que a AGU foi preservada dos cortes e ficou com dotação igual à deste ano, e sobre os acordos de leniência com as empreiteiras envolvidas na Lava-Jato. Ele garantiu, ainda, que não há a "fritura" do ministro da Justiça, Sérgio Moro, pelo Planalto.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: *O secretário da Fazenda, Waldery Rodrigues, disse recentemente que o impacto do gasto com pagamento de precatórios em 2020, de R\$ 24 bilhões, será superior ao ganho com a reforma da Previdência no próximo ano. Ele adiantou que vai conversar com ministros dos tribunais superiores para discutir o que pode ser feito. O sr. está acompanhando essas conversas?*

André Mendonça: Há uma grande preocupação com esses pagamentos. Nos tribunais superiores, temos em discussão mais de R\$ 700 bilhões em demandas contra a União. É quase uma reforma da Previdência. Tem de tudo: PIS/Pasep, Lei Kandir, Fundeb, critérios de correção dos precatórios, contragarantias que os Estados prestam para a União nos refinanciamentos etc.

Valor: *A União deve tudo isso?*

Mendonça: A União está defendendo que não deve esses valores ou que tem direito a reaver alguns valores. Há uma guerra dos contratos, em que a União foi garantidora dos Estados perante os bancos. Alguns Estados, para não se tornarem inadimplentes, entram com pedidos no STF para que não se execute a garantia da União. Alguns ministros deferem a liminar porque os governadores alegam que, se a execução for feita, deixam de pagar despesas com saúde, educação. O ministro, nesse contexto, fica em posição difícil.

Valor: *Como resolver?*

Mendonça: Sendo rigorosos no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. O grande problema dos Estados é em função de um histórico de descumprimento da LRF, em especial nos gastos com pessoal.

Valor: *Mas historicamente ninguém é punido por violar a LRF.*

Mendonça: Por isso que a gente tem que defender o cumprimento rigoroso. Ou cumpre ou haverá sanção. É preciso considerar gasto com pensionistas e aposentados também como despesa de pessoal. Mas os Estados separaram, considerando gasto com pessoal somente os ativos.

Valor: *Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul fizeram isso...*

Mendonça: O problema é que os tribunais de contas dos Estados validaram e não houve punição. Por isso temos que ter um rigor único contábil seguindo os padrões da Secretaria do Tesouro Nacional, que devem nortear todas as administrações.

Valor: *Essa padronização deveria ser estabelecida em lei?*

Mendonça: Ou estabelecer em lei, ou o Tribunal de Contas da União criar um padrão único junto com a Secretaria do Tesouro.

Valor: *Alguns Estados precisariam de prazo para se adequar.*

Mendonça: Sim, mas o rombo foi tamanho que, se fizer isso simplesmente de uma forma homeopática, vamos levar mais de uma década para sanear as contas.

"Não se pode trabalhar um Estado gravemente enfermo com homeopatia; a terapêutica tem de ser vigorosa"

Valor: *Então, qual a saída?*

Mendonça: Nossa esperança era ver a possibilidade de se fazer uma redução excepcional da jornada de trabalho dos servidores públicos com a correspondente redução de salário. Mas, infelizmente, não foi essa a posição do STF. O presidente da Câmara está pensando em trabalhar a questão via emenda à Constituição. Porque não se pode trabalhar um Estado gravemente enfermo com remédio homeopático, tem que ter uma dose terapêutica mais vigorosa no primeiro momento, senão inviabiliza os investimentos desses Estados por muitos anos.

Valor: *Como o governo federal pode ajudar?*

Mendonça: A União não tem mais recursos para dar uma ajuda. São duas linhas que precisam ser trabalhadas: os gastos com pessoal e a redução do Estado, em especial com a privatização de algumas estatais. O ministro Paulo Guedes tem defendido uma repactuação do pacto federativo e melhor distribuição de receitas entre os entes federal, estadual e municipal, mas isso tem que vir acompanhado de medidas de integridade e de responsabilidade.

Valor: *Essa redistribuição não pode acabar indo para o gasto com pessoal, como se costuma fazer?*

Mendonça: Na cessão onerosa, o Guedes tem falado de uma proporção de 70% para a União e 30% para Estados e municípios. A cessão onerosa vai gerar receita de cerca de R\$ 100 bilhões e vai possibilitar investimentos ao longo de dez anos de até R\$ 1 trilhão na indústria de petróleo, que vão gerar emprego e renda. Eu estou otimista com a economia.

Valor: *O sr. falou sobre um novo pacto federativo. Ele incluiria a eliminação das competências concorrentes e uma redistribuição de responsabilidades entre a União, os Estados e os municípios?*

Mendonça: A princípio, sim, porque se está transferindo receita, a gente tem que transferir a responsabilidade também. Quando o Guedes fala em pacto federativo, ele se refere muito à visão da política norte-americana em que o grande gestor dos recursos e responsável pelas políticas públicas não é o ente central, mas sim os entes locais. Temos que transferir receitas, redefinir responsabilidades e ter um programa de contínuo de profissionalização da gestão pública. Há dois grandes ralos de dinheiro público: um é a corrupção, e o outro, a ineficiência.

Valor: *O sr. tratou pessoalmente dos acordos de leniência com as empreiteiras envolvidas na Lava-Jato. Essas empresas poderão participar da desestatização e ajudar na retomada da economia?*

Mendonça: Legalmente elas estão aptas. A grande questão é que elas vão ter que reaprender a trabalhar. Toda a modelagem de ganhos através da influência não vai existir mais. É a competitividade nua e crua. Essas empresas vão ter que trabalhar sem a perspectiva de ter um grupo que se reúne para ganhar contratos.

Valor: *O sr. mantém a expectativa de arrecadação com os acordos de leniência?*

Mendonça: Mantenho a expectativa de R\$ 25 bilhões em dois anos. Neste ano já foram R\$ 11 bilhões. É uma meta ousada.

Valor: *A mensagem presidencial, enviada ao Congresso junto com o Orçamento, fala em uma reforma administrativa que vai mudar as regras relativas à estabilidade. Como o sr. vê essa possibilidade?*

Mendonça: Me permita ir um pouco na origem da estabilidade. A estabilidade no serviço público surgiu para se evitar perseguição política, coisas do tipo "Faça isso que eu estou mandando, mesmo que seja errado, senão eu te jogo para fora". Então, a estabilidade cria a possibilidade de servidores públicos terem uma atuação de Estado, e não de governo. Só que isso gerou um efeito colateral, que é a acomodação e a ineficiência. Vamos ter que buscar algum ponto de equilíbrio. Talvez esse ponto seja manter um nível de estabilidade ao menos em algumas carreiras que têm poder de decisão [auditores, advogados, diplomatas]. Mas, para aquele que bate carimbo, talvez seja possível flexibilizar um pouco com mecanismos de mensuração de qualidade mais efetivos, ter remuneração variável. Esse tema consta na mensagem do presidente e eu sei que está sendo discutido.

Valor: *Nessa discussão haveria mais medidas restritivas do benefício da estabilidade?*

Mendonça: Outra possibilidade é aumentar o tempo do estágio e criar mecanismos mais independentes de avaliação. Está na lei e a gente é pouco rigoroso com o período de estágio, que é só de dois anos. É um tempo muito pequeno. Talvez possamos jogar para cinco ou sete anos. Vou dar um exemplo: neste ano, em São Paulo, fiz a primeira demissão por desídia na instituição. E onde eu tenho ido tenho dito que não é perseguição, mas, se houver casos de colegas que fazem do serviço público um bico, a corregedoria está orientada a ter uma atuação séria. Onde eu vou tenho falado isso.

"Se houver casos de colegas que fazem do serviço público um bico, a corregedoria está orientada a ter uma atuação séria"

Valor: *Os procuradores estão pressionando pela fusão das carreiras e aproveitaram o gancho da reforma do Estado, entregando sua proposta. O sr. já tem uma proposta para a AGU nesse sentido?*

Mendonça: Eles me apresentaram há duas semanas o estudo e falam em economia de R\$ 1 bilhão, com base no modelo da Hungria. Nesse modelo, de 600 órgãos, extinguiram 300. Aí eles pegaram o percentual de redução e aplicaram aqui. Não é comparável. É o único cenário que se tem R\$ 1 bilhão. Falam em longo prazo, mas não dizem o que é longo prazo, se são dez, 15 ou 20 anos. Li com atenção o estudo. Mas o nosso compromisso é trabalhar numa perspectiva de eficiência, eficácia e efetividade. Temos que entender que AGU é uma instituição jurídica, que tem sua cultura. As mudanças precisam ser feitas sem que isso gere um ambiente interno que inviabilize a própria atuação. Grande parte do que eles colocam como possível redução de valores é no que posso cortar, não é em recurso humano, é em economia com serviços terceirizados, de vigilância, limpeza e locação de imóveis. Nessa seara, só neste ano, já economizei R\$ 32 milhões em aluguel.

Valor: *Como?*

Mendonça: Renegociando contratos, mudando prédios, mandando unificar. Se eu coloco isso em dez anos, são R\$ 320 milhões.

Valor: *Algum outro exemplo de corte?*

Mendonça: Começou ontem em Minas a troca de um sistema físico de vigilância no prédio da AGU, que custa R\$ 200 mil por mês, por uma vigilância eletrônica, que custa R\$ 150 mil por ano.

Valor: *Os outros ministérios também estão fazendo essas economias? A reforma administrativa está avançando?*

Mendonça: Está. A conversa que eu tive no Ministério da Economia é de que isso está caminhando. Na AGU, por exemplo, eu tenho 8 mil advogados e 4 mil servidores. Pago um valor muito alto para gente muito qualificada fazer um serviço repetitivo. Preciso inverter isso.

Valor: *Como?*

Mendonça: Eu propus para o Ministério da Economia e quero fazer isso ao longo do tempo: hoje somos 8 mil advogados públicos nas quatro carreiras, e tenho 0,41% de servidor administrativo para cada advogado e procurador. Na Defensoria Pública, esse número é de 2 servidores para 1 defensor. No Ministério Público, são sete servidores para um procurador. Propus extinguir 1,5 mil cargos de salários mais altos para criar 3 mil de servidores. Minha ideia é tirar gente que ganha R\$ 20 mil a R\$ 30 mil, para colocar gente que ganha R\$ 7 mil, R\$ 10 mil, R\$ 12 mil. De forma que em dez anos eu tenha 8 mil servidores e 4 mil advogados públicos. Isso vai gerar as condições para a mudança na gestão de recursos humanos. Tem que trabalhar a médio e longo prazo, com mudanças estruturantes. Tenho 19,6 milhões de processos judiciais hoje. Cerca de 5,5 milhões são de processos previdenciários, em que não preciso de um procurador que ganha R\$ 30 mil para fazer causas repetitivas, mas um procurador gerindo cinco ou seis servidores administrativos que vão fazer análise preliminar, com uma minuta padrão, e esses procuradores vão ser mais gestores judiciais e vão cuidar apenas dos casos que fogem da curva e se dedicar mais a esses.

Valor: *O que significa ser "terrivelmente" evangélico, termo cunhado pelo presidente Bolsonaro em referência ao senhor?*

Mendonça: Eu sou genuinamente evangélico. Eu sou pastor na Igreja Presbiteriana Esperança, cuido de crianças, conto histórias, mas já estou me achando meio velho pra isso. Sento no chão e, em dez minutos, já começo a sentir dores nas costas.

Valor: *O presidente tem repetido que o sr. deve ser indicado para a próxima vaga no STF, onde ele gostaria de ter alguém "terrivelmente" evangélico. O sr. já foi oficialmente sondado?*

Mendonça: Não. Eu fico sabendo disso por vocês.

Valor: *E a fritura do ministro da Justiça, Sérgio Moro?*

Mendonça: Não existe fritura. Eu vou contar uma coisa pra vocês. Na reunião sobre os vetos à Lei do Abuso de Autoridade, o presidente disse que ouviria todo mundo, mas que a pessoa que ele mais ouviria seria o Moro. Não tem isso de fritura, não.

Valor: *Mas há falas concretas do presidente, por exemplo, quando ele disse que mandava mais que o Moro em relação à PF.*

Mendonça: É mais uma questão de estilo do presidente do que uma questão interna.

Valor: *É um estilo demolidor....*

Mendonça: Não é demolidor. Ele é uma pessoa espontânea, transparente, simples. É muito bom trabalhar com ele. Ele ouve bastante a gente. Já presenciei reuniões em que cinco ministros falavam e ele ficou ouvindo opiniões divergentes por meia hora para, ao final, dizer que só tomou uma determinada decisão ao se sentir maduro tecnicamente.

Valor: *Esse estilo do presidente não prejudica a confiança tão necessária à retomada da economia?*

Mendonça: Vamos inverter a lógica: outros estilos aprovaram a reforma da Previdência? O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, teve vários méritos, não se tira o mérito dele [Bolsonaro].

04/09/2019 - 05:00

Estabilidade pode ser alvo de emenda constitucional

Por **Murillo Camarotto e Edna Simão**

O governo analisa a possibilidade de encaminhar ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para mexer na regra que dá estabilidade aos servidores públicos federais. A ideia, ainda preliminar, é que as mudanças contemplem determinadas carreiras do serviço público e que respeitem uma regra de corte apenas para os novos servidores.

Segundo o secretário-adjunto de Desburocratização do Ministério da Economia, Gleisson Rubin, a discussão integra o pacote de mudanças visando a reforma administrativa do poder público. Para ele, no momento, estão sendo levantadas quais as medidas necessárias para cada mudança pretendida. No caso da estabilidade, por exemplo, é preciso uma PEC.

Em seminário sobre Reformas para o Crescimento, promovido pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Rubin destacou a necessidade de reduzir o gasto público, o que passaria por um controle do quantitativo de servidores ativos no Poder Executivo.

Ainda no debate da reforma administrativa, no mês passado, o **Valor** informou que o governo vai defender que o texto final da PEC 438/2018, de autoria do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), tenha um artigo que autorize a redução da jornada de trabalho dos servidores públicos, com a diminuição proporcional da remuneração, quando necessária para o ajuste das contas públicas. A medida ajudará, principalmente, os governadores de Estados que, mesmo gastando com o pagamento de pessoal mais do que o limite legal permitido, não podem reduzir os salários dos servidores para ajustar as contas.

Tribuna

Presidente da CCJ diz que não tem ‘clima’ no Senado para aprovar nova CPMF

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, senadora Simone Tebet (MDB-MS), disse ao programa Em Foco, na GloboNews, que a proposta de uma nova CPMF, como estuda a equipe do ministro Paulo Guedes [Economia], terá dificuldades para passar na Casa.

“Não vejo clima, da mesma forma que não havia clima em relação à capitalização”, afirmou Tebet. O modelo de capitalização na Previdência foi proposto pelo governo junto com a reforma, mas não foi bem recebido no Congresso.

Tebet ainda cobrou que a equipe econômica envie ao Senado o mais rápido possível a sua proposta de reforma tributária – que deve incluir uma espécie de nova CPMF – para que as ideias do governo possam ser incorporadas ao texto.

Na avaliação da senadora, será muito complicado explicar para a sociedade que o Congresso está fazendo uma reforma tributária e, ao mesmo, criando um novo imposto.

“É muito simples, o ministro Paulo Guedes fala:

‘Mas não vai aumentar, o povo brasileiro não vai pagar mais impostos.’ Na explicação dele, é verdade, ele vai unificar e aqui consequentemente diminui a cobrança de imposto, e ele cria o imposto 0,001%. Da mesma forma quem produz, aquele que gera emprego estaria pagando menos imposto, isso é verdade. Agora, nós somos uma casa política, nós somos a caixa de ressonância da sociedade. Explica para a população brasileira que nós estamos fazendo uma reforma tributária e vamos criar um imposto?”, argumentou a senadora.

Ainda de acordo com a presidente a CCJ, foram criados muitos impostos e contribuições sociais desde a promulgação da Constituição de 1988, o que, segundo ela, gerou uma resistência na população a esse tipo de medida.

Lembrando que a população tem muito fortemente na lembrança CPMF e todas as reformas que passaram e a criação de contribuições sociais que foram criadas ao longo dos anos desde a Constituição Federal, que só fez com

que o povo brasileiro pagasse mais imposto. Então eu vejo com muita dificuldade hoje a criação de um imposto, a aprovação pelo Congresso Nacional de imposto novo”, afirmou.

NOVA CPMF

Uma nova CPMF está em estudo pela equipe do secretário da Receita, Marcos Cintra. A proposta faz parte de um texto de reforma tributária que ainda será enviado pelo governo ao Congresso.

Paralelamente a isso, Câmara e Senado já discutem termos de uma reforma tributária – considerada mais importante que a reforma da Previdência.

No Senado, a proposta está na CCJ, e tem o senador Roberto Rocha (PSDB-MA) como relator. Ele disse que pretende apresentar seu relatório até, no máximo, dia 20 de setembro.

As ideias do governo serão incorporadas nos textos do Senado e da Câmara. Em linhas gerais, os textos propõem simplificar a cobrança de tributos com a unificação de vários impostos.

Governo quer nova CPMF para combater desemprego

REFORMA A equipe econômica prepara um programa para desobrigar empresas de pagar impostos sobre a folha de pagamento na contratação de jovens. O programa, que tem sido chamado de Emprego Verde e Amarelo, faz parte da estratégia do governo para mostrar que a desoneração ampla da folha impulsionará a geração de empregos.

O plano do Ministro da Economia, Paulo Guedes, é que, no futuro, essa desoneração mais ampla seja compensada por um novo imposto, que seria cobrado sobre meios de pagamento. A ideia tem sido comparada a uma nova CPMF, extinta em 2007, e enfrenta resistências no Congresso Nacional.

Segundo apurou a reportagem, as empresas que ingressarem no novo programa e contratarem jovens até determinada idade e pessoas sem emprego formal há mais de dois anos terão a folha desses funcionários desonerada por um período de seis meses.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Opinião
Data: 04/09/2019	Página: A2

FOLHA DE S.PAULO

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Disfarces da CPMF

Equipe de Guedes insiste em recriar taxaço sobre transações financeiras, proposta enganosa que omite efeitos regressivos e cumulativos

Em uma de suas declarações mais sensatas, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) relatou ter desencorajado sua equipe econômica de propor a ressurreição, em caráter definitivo, da famigerada CPME. Trata-se, em suas palavras, de "um imposto muito carimbado já".

Desde suas origens, de fato, o tributo incidente sobre os débitos em conta corrente se mostrou um logro aos contribuintes brasileiros. Em primeiro lugar, por ter sido apresentado como um instrumento temporário, emergencial — que, na verdade, os governantes perpetuaram o quanto puderam.

O inaugural Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira foi instituído em 1993, com duração prevista até o fim do ano seguinte. Ressurgiu em 1997, com o nome de contribuição e prazo de 13 meses. A cobrança se arrastou até 2007, quando o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi derrotado em sua tentativa de prorrogação.

Argumento recorrente dos defensores do tributo, que agora se repete, é sua suposta insignificância para o bolso dos pagantes. "Pequenininho, não machuca", disse o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A CPMF começou com alíquota de 0,2%, que logo seria quase duplicada, para 0,38%. O atual secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, já falou em até 0,9%, divididos entre as duas partes da transação financeira, mas as especulações mais recentes se dão em tor-

no de metade dessa cifra.

Os engodos mais elaborados dizem respeito às finalidades do gravame. Seria, dizia-se de início, um reforço às verbas da saúde — uma lorota repetida à exaustão mesmo depois de estabelecidas, a partir de 2000, regras para os gastos obrigatórios no setor que independiam da fonte dos recursos.

Desta vez, a ideia é apresentada como uma maneira, pasme-se, de gerar empregos. Segundo o raciocínio tortuoso, as novas receitas compensariam uma redução das contribuições previdenciárias que encarecem as contratações.

Desnecessário apontar que tal compensação poderia ser feita por meio de um imposto já existente. A obsessão por uma CPMF rebatizada, assim como o apego fervoroso de governos passados à contribuição, parece explicável, isso sim, pelo conforto na arrecadação.

A cobrança do tributo, afinal, é fácil e quase independe da competência do fisco. Em busca dessas vantagens, faz-se vista grossa para efeitos regressivos e cumulativos como o encarecimento de transações e mercadorias ao longo da cadeia produtiva.

A insistência em uma proposta tecnicamente precária e politicamente explosiva só leva tumulto ao já complexo debate em torno da reforma tributária, urgente para o país. Não existe suposta benesse, finalidade ou atenuante capaz de disfarçar esse fato.

Tribuna

Governo vai elevar fundo eleitoral, que deve ser de R\$1,86 bilhões

O ESTADO DE S. PAULO

O Ministério da Economia vai fazer uma correção na previsão do fundo eleitoral que será usado para custear gastos de candidatos a prefeito e vereadores no ano que vem. O valor deve cair para R\$ 1,86 bilhão, ante os R\$ 2,5 bilhões que foram divulgados na sexta-feira, na proposta orçamentária enviada ao Congresso. A previsão divulgada representaria um aumento de 47% em relação ao que foi empenhado em 2018, de R\$ 1,7 bilhão. No entanto, uma nota técnica produzida pelo partido Novo, a qual o Estadão/Broadcast teve acesso, afir-

ma que houve um erro no cálculo do fundo, que é composto pelo dinheiro arrecadado pelo governo com o fim da propaganda partidária - extinta em 2017 - e de parte de emendas parlamentares de bancada.

Para exibir as peças publicitárias dos partidos, o governo concedia benefícios fiscais a emissoras de TV e rádio. De acordo com a lei que criou o fundo, esse valor da compensação fiscal seria revertido para as despesas de campanhas. Segundo o documento do Novo, porém, o governo somou um valor errado e considerou todo o ano de 2016, ano em que só houve propaganda partidária no primeiro semestre - como era ano eleitoral, no segundo semestre foi ao ar a propaganda

eleitoral. Segundo fontes do Ministério da Economia, quando a Receita Federal enviou os cálculos da compensação da propaganda de televisão, os dados não estavam desagregados, o que acabou inflando o número.

O aumento do fundo divulgado na sexta-feira causou polêmica entre parlamentares. Deputados usaram as redes sociais para criticar a mudança. O presidente Jair Bolsonaro respondeu as críticas usando o mesmo canal. Em postagem no Twitter na noite deste sábado, Bolsonaro afirmou que o valor maior em relação a 2018 estava previsto em lei e leva em consideração a compensação fiscal da propaganda partidária de rádios e televisões corrigida para 2020. Ele dis-

se ser "fake news" que o "PR" (presidente) acresceu R\$ 800 milhões ao fundo eleitoral, e publicou documentos do Tribunal Superior Eleitoral que tratam sobre o cálculo do fundo. O valor de R\$ 2,5 bilhões constava no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) apresentado na sexta-feira. É a partir da proposta enviada pelo governo que o Congresso define como serão gastos os recursos públicos no próximo ano. Com esse valor, o PSL, de Bolsonaro, poderia ter um valor 26 vezes maior do que o recebido em 2018 para custear gastos de campanhas eleitorais no ano que vem. Com o valor previsto pelo Ministério da Economia de R\$ 2,5 bilhões para o fundo eleitoral, a sigla deverá receber R\$ 251,1 milhões da



O AUMENTO do fundo divulgado na última sexta-feira causou polêmica entre parlamentares. Deputados usaram as redes sociais para criticar a mudança

verba, de acordo com cálculo do Estadão Dados. Essa será a maior fatia a ser recebida pelos partidos. O PT, em segundo no ranking, será contemplado com um montante parecido, de R\$ 251 milhões.

CÂMARA - A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem três projetos de créditos adicionais. Ao todo, as propostas preveem orçamento suplementar de R\$ 195,27 milhões ao Orçamento da União. Os textos seguem para análise do Congresso Nacional. Ainda não há data para votação das propostas. Segundo o PLN 16/19, que prevê crédito suplementar de R\$ 178,23 mi-

lhões para reforço de ações de diversos órgãos do Poder Executivo, inclusive auxílio moradia para servidores e fiscalização de barragens de rejeito.

A proposta inclui ainda a destinação de recursos para o Ministério da Defesa e prevê a aquisição de duas aeronaves Phenom 100 EV, em substituição às aeronaves U-35A do 6º Esquadrão de Transporte Aéreo (ETA), além de recursos para o Fundo Naval, a manutenção preventiva e corretiva nos motores dos navios e aeronaves envolvidos nas operações de Controle de Área Marítima (CAM) e de Patrulha Naval.

Tribuna

Emendas podem mudar reforma da Previdência no Senado

AGÊNCIA BRASIL

O relator da reforma da Previdência no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), vai apresentar hoje a complementação do parecer lido na semana passada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. Nesses dois dias, o senador deve se debruçar na análise de mais de 200 emendas – sugestões de alteração ao texto – que ainda estão sem parecer. Até às 14h de ontem, 378 emendas haviam sido apresentadas. No entanto, mais da metade, 233,

ainda dependem da análise de Tasso. O trabalho do relator pode aumentar muito ainda, já que emendas podem ser apresentadas até o final da discussão da matéria na comissão.

A presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), está preparada para uma reunião longa do colegiado hoje. É que, além do complemento do voto de Tasso, no mesmo dia, serão lidos os chamados votos em separado à proposta. Colocado em votação só em caso de rejeição do parecer relator dá matéria, o que nesse caso é improvável, o voto em separado é um voto alternativo e ocorre quando um parlamentar diverge do

parecer dado pelo relator.

Apesar de, até o fechamento desta reportagem, nenhum voto em separado ter sido apresentado oficialmente, a senadora adiantou que haverá pelo menos um. “Vamos fixar um prazo para a leitura desses votos e, em seguida, abrimos para a discussão e vamos para a votação”, adiantou Simone Tebet. Ela informou que as leituras e os debates, que vão começar às 10h, devem ser concluídos até as 17h.

Caso a conclusão da votação na CCJ ocorra mesmo hoje, como previsto, o texto segue para análise no plenário da Casa. Lá, a proposta é votada em dois tur-



JÁ FORAM apresentadas quase 400 alterações à proposta de novas regras para aposentadoria. O relator Tasso Jereissati deve analisá-las até hoje, quando completará o seu parecer

nos, com cinco sessões de discussão no primeiro e três no segundo. O prazo começa a ser contado a partir de quinta-feira, a primeira sessão de discussão.

No próximo dia 10, haverá sessão temática sobre a reforma da Previdência no plenário da Casa. O debate contará com a participação de especialistas e do ministro da Economia, Paulo Guedes. A expectativa é de que, até 10 de outubro, o segundo turno de votação esteja concluído. Se o texto

for aprovado tal qual como veio da Câmara e tiver o apoio de no mínimo 49 dos 81 senadores em cada turno, segue para promulgação.

Como já adiantado por Tasso, o relatório sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) será o mesmo aprovado na Câmara dos Deputados, a não ser por dois pontos que foram excluídos do texto. Um deles colocava na Constituição o critério previsto em lei para

recebimento do benefício de prestação continuada (BPC): renda per capita de um quarto do salário mínimo. O outro exclui a elevação dos pontos (soma de idade mínima e tempo de contribuição) necessários em regra de transição para aposentadorias de profissionais expostos a condições insalubres. As exclusões não implicam nova análise da PEC pelos deputados.

Já as mudanças que Tasso considerar mais relevantes serão incluídas em uma minuta de nova PEC para tramitar em paralelo ao texto principal. É nela que os governadores depositam suas esperanças de que os estados sejam incluídos na reforma previdenciária. A medida divide opiniões entre os parlamentares. Muitos acreditam que a proposta paralela não avançará.

04/09/2019 - 05:00

Indústria decepciona e começa terceiro trimestre em queda

Por Ana Conceição e Bruno Villas Bôas

Depois de um segundo trimestre positivo no PIB, a indústria brasileira iniciou o terceiro trimestre do ano de forma desalentadora. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve queda de 0,3% na atividade industrial em julho, na comparação com junho, feito o ajuste sazonal. Foi um resultado inesperado. O mercado esperava aumento de 0,6% no período.

Com cinco meses negativos em sete no ano, a produção industrial deve interromper o processo de recuperação iniciado após o fim da recessão, afirma Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). "2019 será de estagnação no setor e não é desprezível o risco de haver queda no saldo do ano."



Rafael Cagnin, do Iedi: "2019 será de estagnação no setor e não é desprezível o risco de haver queda no saldo do ano"

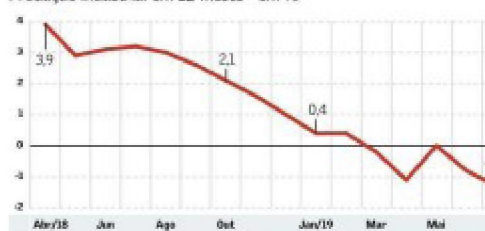
No acumulado em 12 meses até julho, a produção caiu 1,3%. Assim, terá de recuperar terreno até atingir a estabilidade. Em 2017 e 2018, o setor cresceu 2,5% e 1%, respectivamente, depois de três anos no negativo. E, passado todo esse tempo após o fim da recessão, quase todos os ramos da indústria de transformação ainda operam abaixo do nível pré-crise, de 2014, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) a pedido do **Valor**.

Na média, a produção está 13,5% abaixo da média de 2014. O maior "abismo" ocorre na fabricação de equipamentos de transporte, exceto veículos, que opera 45,8% abaixo do nível médio daquele ano. Destaque também para máquinas e equipamentos (-15,8%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-22,4%); produtos têxteis (-19,9%) e vestuário (-15%), entre outros. Economia em recuperação lenta e intermitente, mercado de trabalho muito fraco, crise na Argentina e desaceleração global têm prejudicado a indústria nacional, segundo analistas.

O recuo de julho veio em linha com o estimado pelo Itaú Unibanco, que vê no dado um elemento que reforça a projeção de retração de 0,2% no PIB do terceiro trimestre, na comparação com o segundo. Entre abril e junho, o PIB cresceu 0,4% sobre janeiro e março, feito o ajuste sazonal. O Banco Safra, que esperava queda de 0,2% na produção industrial manteve a expectativa de crescimento de 0,2% no PIB. A LCA Consultores continua a estimar alta de 0,5%.

Ladeira abaixo

Produção industrial em 12 meses - em %



Fonte: IBGE

Um "mapa de calor" elaborado pelo Itaú Unibanco - que possibilita um diagnóstico de quais ramos da indústria estão acelerando - mostra que, entre as categorias econômicas, a de bens intermediários enfraquece, enquanto as demais estão estagnadas em níveis baixos. Composta por insumos e matérias-primas, essa categoria foi justamente o destaque negativo em julho, ao cair 0,5% na comparação com junho. Ao observar esse recuo, a economista Luana Miranda, pesquisadora da área de Economia Aplicada do Ibre/FGV, aponta a possibilidade de o efeito da crise da Argentina na produção industrial ser mais

extenso do que se supõe. "Estamos tentando entender se o país tem a ver com essa queda. É como se houvesse uma bagunça na cadeia produtiva de intermediários", afirma Miranda.

A pauta de exportação de produtos brasileiros para o vizinho é dominada por automóveis, mas há outros produtos, como químicos, intermediários para alimentos, peças e metalurgia. "Talvez o impacto da crise argentina possa estar atingindo esses outros produtos e afetando a produção desses itens no Brasil", diz a economista.

Rafael Cagnin, do Iedi, diz que toda a cadeia de produtos automotivos tem sido afetada pela crise no vizinho. "As vendas de intermediários como pneumáticos, motores, autopeças e outros insumos são um exemplo". Mas outra parte importante da retração na produção desses bens é interna. O recuo dos intermediários para a indústria de alimentos e têxtil expressa a fraqueza doméstica, diz Cagnin. "É o mercado interno que impede que a indústria dê um passo à frente."

Para o economista, a guerra comercial sino-americana e a desaceleração da economia global são outros fatores que apontam para o enfraquecimento da indústria, situação que pode se estender a 2020. A competição internacional, lembra Cagnin, aumentou, e países menos competitivos como o Brasil perdem espaço. A depreciação do real pode atenuar esse processo.

Mauricio Nakahodo, do Banco MUFG Brasil, considera que há uma cautela maior com o impacto da deterioração do mercado global sobre a economia brasileira, o que teria feito o setor industrial colocar um freio na produção em julho. A instituição previa alta de 0,3% no período. "Há muita incerteza no momento, acredito que esse fator pesou."

Numa nota positiva de julho, depois da forte queda do início do ano, a indústria extrativa está mostrando uma recuperação já esperada: subiu 6% sobre junho, mas ainda registrou recuo de 6,3% sobre julho do ano passado.

Com poucos indicadores antecedentes disponíveis, as projeções preliminares para agosto são díspares. O Itaú estima queda de 0,4% sobre julho, a MCM Consultores vê alta de 0,1%, enquanto a LCA estima crescimento de 1,1%. **(Colaborou Arícia Martins)**

FOLHA DE S.PAULO

Governo estuda reduzir todas as alíquotas do IR

Perda de arrecadação seria compensada por ações como a limitação das deduções de despesas médicas no imposto

REFORMA TRIBUTÁRIA

Fábio Pupo e Thiago Resende

BRASÍLIA O governo estuda encaminhar sua reforma tributária ao Congresso reduzindo todas as alíquotas cobradas do IRPF (Imposto de Renda da pessoa física), além de corrigir a tabela. Com isso, a redução no pagamento de impostos dos mais ricos seria estendida também para os contribuintes de menor renda. Já havia sido estabelecido que a faixa salarial mais alta, que paga até 27,5% de imposto sobre o salário, passará a pagar até 25%. Agora, planeja que os contribuintes das demais faixas sejam contemplados.

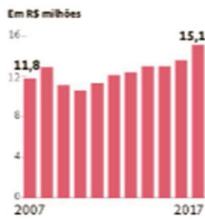
A perda de arrecadação decorrente da medida seria compensada por ações como a limitação das deduções com despesas médicas no IR. Dentre os cenários estudados pelo governo, está a implementação de um teto anual de R\$ 12 mil para o desconto.

O subsídio é autorizado pela legislação, que prevê a possibilidade de pessoas físicas deduzirem da base de cálculo do IRPF sem nenhum limite os pagamentos efetuados a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, além de despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos,

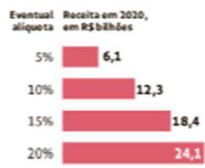
Imposto de Renda hoje

Faixa salarial, em R\$	Alíquota, em %
Até 1.903,98	isento
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5
De 2.826,66 até 3.751,05	15
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5
Acima de 4.664,68	27,5

Renúncia fiscal com despesas médicas no IRPF



Estimativa de arrecadação com tributação de dividendos



Fontes: Receita Federal e Ministério da Economia

aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias. Relatório da Secretaria Especial de Fazenda mostra que as deduções de despesas médicas no IR de pessoa física apresentam um crescimento praticamente contínuo desde 2010. O número subiu 42% desde aquele ano, para R\$ 15 bilhões em 2017.

O principal item são gastos com planos de saúde, representando 72% do total em 2017. E os mais ricos são os que mais usam o benefício. Os contribuintes da faixa de maior rendimento totalizaram R\$ 11,2 bilhões em 2017, equivalente a 76,5% do total, enquanto os de menor rendimento apropriaram 5,5% do total.

Além disso, o governo estuda qual alíquota seria aplicada aos dividendos (parte do lucro da empresa que é distribuída aos acionistas). Hoje, o instrumento é isento de IR.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já mencionou uma taxa de 20% sobre dividendos e a diminuição do Imposto de Renda de pessoa física (para uma alíquota entre 20% e 25%, segundo números mencionados recentemente).

A tributação de 20% sobre dividendos poderia gerar uma arrecadação de R\$ 24,6 bilhões em 2020, segundo cálculos feitos pela Receita que chegaram às mãos de Guedes.

Nos estudos feitos sobre eventuais mudanças na tri-

buição de dividendos, a Receita também projetou outras alíquotas (que variam de 5% aos 20% mencionadas por Guedes). Cada acréscimo de cinco pontos percentuais na tributação geraria uma arrecadação de R\$ 500 bilhões.

O secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, já afirmou querer fazer uma "faxina" no IR para tirar penduricalhos. Isso incluiria a reavaliação de benefícios tributários para as letras de crédito do setor imobiliário (LCI) e do agronegócio (LCA), além de CRI (certificado de recebíveis imobiliários), CRA (do agronegócio) e benefícios para pessoas com doenças graves.

As alíquotas a serem propostas pelo governo ainda estão em estudo. Cintra menciona que está sendo usado um modelo de "gangorra" para calibrar as taxas de cada tributo, e por isso a diminuição de uma alíquota pode resultar na necessidade de aumentar outra.

O IR é uma das áreas perdas da reforma tributária e na elaboração pelo Executivo. Além disso, o governo vai propor a criação de um imposto único federal que fundiria outros existentes hoje (como PIS, Cofins, IPI e IOF). A terceira frente é a criação da CST (contribuição social sobre transações), espécie de nova CPMF e que já — há algumas semanas — era apresentada como CP (contribuição previdenciária).

SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA / Centro de AI Integrada à Saúde Mental Vila Mariana, conviça as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico nº SE-010/2019 - ID 1535, realizado para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Locação de Equipamento Médico-Hospitalares. Para informações e condições de participação favor acessar o site www.spdm.com.br/licitacao.

Travelers Seguros Brasil S.A.
 CNPJ nº 06.906.421/0001-01 - RUA J. DO PATRULHANTE Nº 110 - JARDIM EXETER, 05411-000 - SÃO PAULO - SP
 0800 51 0010

Este VOTO NÃO REPRESENTA O VOTO DO SEGURADO. O VOTO DO SEGURADO É O ÚNICO VOTO VÁLIDO PARA A ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRADORA DE SEGUROS DO GRUPO. O VOTO DO SEGURADO É O ÚNICO VOTO VÁLIDO PARA A ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRADORA DE SEGUROS DO GRUPO. O VOTO DO SEGURADO É O ÚNICO VOTO VÁLIDO PARA A ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRADORA DE SEGUROS DO GRUPO.

ALGAR - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Convoca para o exercício de cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia de Administração de Seguros do Grupo. O cargo é de Membro do Conselho de Administração da Companhia de Administração de Seguros do Grupo. O cargo é de Membro do Conselho de Administração da Companhia de Administração de Seguros do Grupo. O cargo é de Membro do Conselho de Administração da Companhia de Administração de Seguros do Grupo.

ALGAR - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Convoca para o exercício de cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia de Administração de Seguros do Grupo. O cargo é de Membro do Conselho de Administração da Companhia de Administração de Seguros do Grupo. O cargo é de Membro do Conselho de Administração da Companhia de Administração de Seguros do Grupo.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

RETRAÇÃO Perda acumulada no período chega a 1,2%, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal apurados pelo IBGE

Indústria recua e tem pior julho em 4 anos

AGÊNCIA BRASIL
E ESTADÃO CONTEÚDO
São Paulo

A produção industrial brasileira teve queda de 0,3% na passagem de junho para julho deste ano, o terceiro resultado negativo consecutivo e o pior julho dos últimos quatro anos. A perda acumulada no período chega a 1,2%, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A produção teve queda ainda maior na comparação com julho do ano passado (-2,5%). A indústria também acumula recuos de 1,7% neste ano e de 1,3% em 12 meses. O desempenho poderia ter sido ainda pior, não fosse a contribuição positiva do efeito calendário: o mês de julho de 2019 teve um dia útil a mais que julho de 2018.

"O efeito calendário diminui a intensidade de queda, ele atenua a magnitude de perda, ajuda a diminuir a intensidade e o predomínio de atividades em queda na pesquisa", explicou André Macedo, gerente na coordenação de indústria do IBGE.

Entre as grandes categorias econômicas, a queda de junho para julho foi puxada pelos bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos (-0,3%), e pelos bens intermediários - os insumos industrializados usados no setor produtivo (-0,5%).

Bens de consumo

Os bens de consumo, por outro lado, tiveram alta no período e evitaram um desempenho pior da indústria no mês. Os bens semi e não duráveis cresceram 1,4% no período, enquanto os bens duráveis avançaram 0,5%.

Onze das 26 atividades industriais tiveram queda na passagem de junho para julho, com destaque para ou-

tros produtos químicos (-2,6%), bebidas (-4,0%) e produtos alimentícios (-1%). Entre as 15 atividades com crescimento, o principal destaque ficou com as indústrias extrativas, que tiveram alta de 6%.

A queda de 0,3% registrada pela indústria em julho ante junho aumentou a distância entre o patamar de produção atual e o ponto mais elevado já registrado na série histórica da PIM. Em julho, o patamar de produção estava 18,3% menor que o auge alcançado em maio de 2011.

Distanciamento

"Há um distanciamento importante em relação ao ponto mais alto da série", afirmou André Macedo, gerente da coordenação de indústria do IBGE. "A indústria opera em patamar semelhante ao de janeiro de 2009", apontou. No mês de julho, a fabricação de bens de capital estava 33,6% abaixo do pico de produção registrado em setembro de 2013, como destacou André Macedo.

0,3%

foi a retração registrada pelo setor no mês de julho ante junho. Em relação ao mesmo mês no ano passado, o recuo foi ainda maior: -2,5%, aponta pesquisa do IBGE

Desempenho poderia ter sido ainda pior, não fosse o fato de o mês ter um dia a mais



José Paulo Lacerda / Divulgação / 1732014

Queda de junho para julho foi puxada pela retração mais acentuada na produção de máquinas e equipamentos

Governo espera reação este mês

O secretário de política econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, disse ontem que os resultados do País nos últimos meses inspiram cuidados, mas que há expectativa de retomada do crescimento a partir de setembro. A avaliação foi feita no Seminário Reformas para o Crescimento, realizado em Brasília.

O secretário lembrou que a produção industrial brasileira teve queda de 0,3% na passagem de junho para julho deste ano, o terceiro resultado negativo consecutivo. A perda acumulada no período chega a 1,2%, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Inspiram cuidados"

"Mais uma vez é um resultado que não agrada. Foi negativo. Os resultados de julho e agosto inspiram cuidados. Alguns resultados são bons, outros nem tão bons. Agosto é o fim de um período complicado na economia brasileira. A partir de setembro teremos a volta de um crescimento um pouco

mais sustentável de longo prazo", disse, na abertura do evento. Ele ponderou que os desafios são muitos e a situação não vai melhorar "dia para a noite". Para o secretário, o cenário fiscal, a baixa produtividade da economia e o cenário internacional "inspiram cuidado" e serão necessárias reformas estruturais para melhorar a situação.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, disse que a "prioridade zero" do governo é resolver a situação fiscal. Ele criticou a rigidez do orçamento, com

a maior parte de despesas obrigatórias. Waldery Rodrigues também citou a necessidade de reformas estruturais envolvendo os "segmentos macro, micro, agrícola e administrativa".

O assessor econômico Regional para os Países do Cone Sul do BID, Fabiano Rodrigues Bastos, disse que o diagnóstico de que o crescimento das despesas obrigatórias precisam ser solucionado é acertado. Ele também falou sobre a reforma da Previdência que, segundo ele, passou a ser aceita pela sociedade.

Tribuna

Produção industrial cai pelo 3º mês seguido

G1

A produção industrial brasileira caiu 0,3% em julho, na comparação com junho, segundo divulgou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se da terceira queda mensal seguida e do pior resultado para meses de julho desde 2015 (-1,8%) na série com ajuste sazonal.

Na comparação com o mesmo mês do ano passado, a queda foi ainda maior, de 2,5%.

Tanto na comparação mensal quanto na anual os números de julho vieram piores que as previsões do mercado. Analistas consul-

tados pela Reuters projetavam alta de 0,3% sobre o mês anterior e queda de 1,3% na base anual.

O acumulado no ano, o tombo chega a 1,7%. Em 12 meses, a produção industrial mostra uma perda ainda maior de ritmo, ao passar de -0,8% em junho para -1,3% em julho, permanecendo em trajetória descendente iniciada em julho do ano passado.

Segundo o IBGE, 11 dos 26 ramos pesquisados mostraram quedas na produção, ante um recuo em 17 setores no mês anterior, indicando uma queda mais concentrada em julho. Ou seja, a maioria dos setores registrou cresci-

mento. "O que há de diferente deste resultado de julho em relação às quedas de maio e junho é o fato de que o recuo desse mês ficou mais concentrado, com um número maior de atividades crescendo na margem", apontou o gerente da pesquisa.

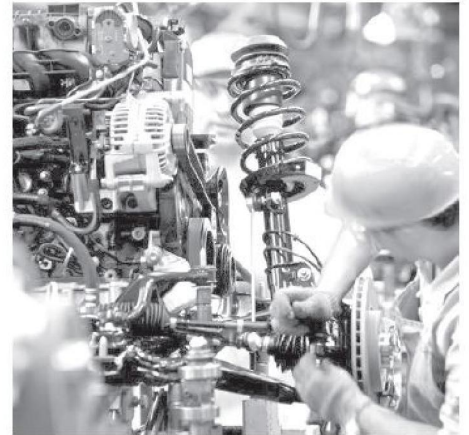
As principais quedas em julho foram em produtos químicos (-2,6%), bebidas (-4,0%) e produtos alimentícios (-1,0%). Juntos, estes 3 segmentos representam cerca de 22% de toda a produção industrial.

"No caso de alimentos, é a terceira queda seguida e isso guarda uma relação com a parte relacionada ao açúcar, cuja produção tem

QUADRO

No acumulado no ano, o tombo chega a 1,7%.

sido direcionada mais para a produção de etanol, por exemplo, e isso traz impactos negativos para o setor de alimentos", explicou o pesquisador. Já as maiores altas foram das atividades de manutenção, reparação e instalação de máquinas (8,4%), produtos do fumo (6,9%), produtor farmoquímico e farmacêuticos (6,5%) e perfumaria e produtos de limpeza (6,3%).



Tribuna

Agosto foi fundo do poço para economia, tendência é de melhora

JORNAL DO BRASIL

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, avaliou ontem que o mês de agosto representou o "fundo do poço" para a economia brasileira e que, daqui para frente, a atividade mostrará um melhor desempenho.

"Agosto é sem sombra de dúvidas, pelo menos nas minhas contas, o fim de um período complicado na economia brasileira", disse ele, em seminário organizado pelo Ministério da Economia.

"A partir de setembro me parece correto que teremos a volta de um crescimento um pouco mais sustentável de longo prazo", acrescentou.

Sachsida ponderou que alguns indicadores econômicos em julho e agosto "são bons, outros nem tão bons".

A avaliação veio após a divulgação nesta terça-

A avaliação veio após a divulgação nesta terça-feira de que a produção industrial brasileira encolheu 0,3% em julho ante o mês anterior, com ajuste sazonal, engatando a terceira baixa consecutiva e registrando o pior desempenho para o mês em quatro anos.

feira de que a produção industrial brasileira encolheu 0,3% em julho ante o mês anterior, com ajuste sazonal, engatando a terceira baixa consecutiva e registrando o pior desempenho para o mês em quatro anos.

O secretário também afirmou que, embora o horizonte prometa ser melhor de setembro em diante, há três elementos que inspiram cuidados: a situação fiscal brasileira, a baixa produtividade da economia e o cenário internacional.